

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ: 15.867.360/0001-62

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

## Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	3
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanco patrimonial.....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	11

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### A Companhia

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A SGT atua na região Sudeste e responde por 0,02% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a SGT detém a concessão de transmissão da Rede Básica que compreende 01 (uma) subestação, conforme quadro a seguir:

Subestação em Operação – Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
SGT	n/a	345/138	n/a	300	19/03/2014	27/08/2042

Subestação	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
SGT	5.963	Junho	IPCA

(\*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 2.895 de 13 de julho de 2021, alterada pela resolução homologatória ANEEL nº 2.959 de 05 de outubro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui linhas, subestações ou projetos de ampliação em construção.

Considerando a subestação em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$6.188 para 2022 a 2026 (aumento de 3,7% em relação a 2021), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$ mil - em moeda constante de 31/12/2021							
Linha de Transmissão	2020 (*)	2021 (*)	2022	2023	2024	2025	2026
SGT	5.913	5.969	6.188	6.188	6.188	6.188	6.188

(\*) RAP realizada

Desempenho Financeiro Regulatório - R\$ mil	2021	2020
Receita operacional líquida	5.569	4.769
EBITDA	4.280	3.535
Margem EBITDA	76,85%	74,12%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	3.155	2.402
Depreciação	897	896
Resultado financeiro	66	73
Imposto de renda e contribuição social	162	164
EBITDA	4.280	3.535

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, nem deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	2.449	2.452
Não circulante	-	2.447
Dívida bruta	2.449	4.899
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(455)	(2.347)
(=) Dívida líquida	1.994	2.552
Dívida Líquida/EBITDA	0,466	0,720

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

## Governança Corporativa

A Taesa realiza as atividades administrativas da SGT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

## Política de qualidade

A SGT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

## Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório dos Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras societárias**

A São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2022.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	455	2.347
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	402	-
Impostos e contribuições sociais		275	278
Outras contas a receber		731	337
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.863</b>	<b>2.962</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Imobilizado	6	24.717	25.608
Intangível	6	13	13
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>24.730</b>	<b>25.621</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>26.593</b>	<b>28.583</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		27	24
Empréstimos e financiamentos	8	2.449	2.452
Impostos e contribuições sociais		55	46
Taxas regulamentares		50	162
Dividendos a pagar	7	37.421	35.642
Outras contas a pagar		67	97
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>40.069</b>	<b>38.423</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	8	-	2.447
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>-</b>	<b>2.447</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		10.457	10.457
Reserva de lucros		17.035	10.457
Dividendos adicionais propostos		-	2.152
(Prejuízos) acumulados		(40.968)	(35.353)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	9	<b>(13.476)</b>	<b>(12.287)</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>26.593</b>	<b>28.583</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão		5.969	5.913
Parcela variável		32	(726)
Receita bruta		6.001	5.187
PIS e COFINS correntes		(198)	(188)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(234)	(230)
Tributos e encargos		(432)	(418)
Receita Líquida	14	5.569	4.769
Pessoal		(5)	-
Material		-	(23)
Serviços de terceiros		(752)	(680)
Depreciação		(897)	(896)
Outros custos operacionais		(35)	(36)
Custos operacionais		(1.689)	(1.635)
Lucro bruto		3.880	3.134
Pessoal		(6)	
Serviços de terceiros		(482)	(477)
Outras despesas operacionais, líquidas		(9)	(18)
Despesas operacionais		(497)	(495)
Resultado da atividade		3.383	2.639
Receitas financeiras		54	88
Despesas financeiras		(120)	(161)
Despesas financeiras líquidas	16	(66)	(73)
Resultado antes dos impostos e contribuições		3.317	2.566
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(162)	(164)
Lucro líquido do exercício		3.155	2.402
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)		0,30171	0,22970

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.155</u>	<u>2.402</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>3.155</u></u>	<u><u>2.402</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo  
Em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Especial	Lucros a Realizar	Dividendos Adicionais Propostos	(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.457	797	9.660	-	3.532	(34.885)	(10.439)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(3.532)	-	(3.532)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.402	2.402
Destinação do Lucro líquido do exercício (societário):							
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(718)	(718)
Dividendo adicionais propostos	-	-	-	-	2.152	(2.152)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9 10.457	797	9.660	-	2.152	(35.353)	(12.287)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(2.152)	-	(2.152)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.155	3.155
Destinação do Lucro líquido do exercício (societário):							
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.578	-	(6.578)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.192)	(2.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9 10.457	797	9.660	6.578	-	(40.968)	(13.476)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.155	2.402
Ajustes para:			
Depreciação		897	896
Receita de aplicação financeira	14	-	(88)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento	8	92	154
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	162	164
(Reversão) provisão para Parcela Variável		(242)	264
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução no contas a receber de concessionárias e permissionárias		(160)	755
(Aumento) no saldo de imposto e contribuição sociais ativo, líquido do passivo		(16)	(51)
(Aumento) no saldo de outras contas a receber		(394)	(280)
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		3	(168)
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares		(112)	17
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(32)	23
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>3.353</u>	<u>4.088</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(134)</u>	<u>(173)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.219</u>	<u>3.915</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução nos títulos e valores mobiliários		-	4.043
(Adições) no imobilizado e intangível	6	(4)	(14)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		<u>(4)</u>	<u>4.027</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(2.446)	(2.448)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(96)	(153)
Dividendo pagos		<u>(2.565)</u>	<u>(3.000)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(5.107)</u>	<u>(5.601)</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.892)</u>	<u>2.343</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	2.347	4
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	455	2.347
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.892)</u>	<u>2.343</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (“SGT” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada São Gotardo - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 005/2012, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2012 e assinou em 27 de agosto de 2012, com a ANEEL, o Contrato de Concessão nº 024/2012 para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. A Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014, data esta informada a ANEEL.

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$40.069, decorrente, principalmente, da conta “Dividendos a pagar”. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$33.022, decorrente, principalmente, da conta “Dividendos a pagar”. Para equalização do capital circulante negativo, a Taesa, como controladora da Companhia, está elaborando um plano de ação que envolve atividades como captação de empréstimos ou aumento de capital, que será realizado até o término do exercício de 2022.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 20.

### 2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### 3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

### 3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos.

### 3.5. Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível e aprovadas pela ANEEL, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

#### 4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	17	9
Aplicações financeiras	438	2.338
	455	2.347

  

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB e Operações Compromissadas	101,52% do CDI	102,01% do CDI

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2021	31/12/2020
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	407	-	-	-	-	407	-

Composição	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	407	-
Parcela variável (i)	(5)	-
	<u>402</u>	<u>-</u>
Circulante	402	-
Não circulante (ii)	-	-

A SGT não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)			Resolução nº 2.275, de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019		
Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	Parcela de	Total	RAP	Parcela de	Total	RAP	Parcela de	Total
5.963	(338)	5.625	5.518	(815)	4.703	5.416	(4)	5.412

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2020	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2021	Depreciação Acumulada 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Ativo Imobilizado em Serviço								
<u>Transmissão</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,30%	1.030	-	-	1.030	(263)	767	801
Máquinas e Equipamentos	3,04%	28.276	-	22	28.298	(6.607)	21.691	22.530
		29.306	-	22	29.328	(6.870)	22.458	23.331
Ativo Imobilizado em Curso								
<u>Transmissão</u>								
Material em Depósito		1.169	-	-	1.169	-	1.169	1.169
		1.169	-	-	1.169	-	1.169	1.169
Ativo Imobilizado em Curso								
<u>DIT</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias		123	-	(15)	108	-	108	123
Máquinas e Equipamentos		985	-	(7)	978	-	978	985
		1.108	-	(22)	1.086	-	1.086	1.108
Ativo Imobilizado em Curso								
<u>Administrativo</u>								
Máquinas e equipamentos		-	4	-	4	-	4	-
		-	4	-	4	-	4	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>31.583</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>31.587</b>	<b>(6.870)</b>	<b>24.717</b>	<b>25.608</b>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2020	Valor Bruto em 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Intangível em Curso</i>				
<u>Transmissão</u>				
Intangíveis	1	1	1	1
<i>Ativo Intangível em Curso</i>				
<u>Administrativo</u>				
Software	12	12	12	12
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em Serviço</i>					
<u>Transmissão</u>	3,05%	29.328	(6.870)	22.458	23.331
<i>Em curso</i>					
<u>Transmissão</u>		2.256	-	2.256	2.278
<u>Administração</u>		16	-	16	12
		2.272	-	2.272	2.290
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>31.600</b>	<b>(6.870)</b>	<b>24.730</b>	<b>25.621</b>

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Máquinas e equipamentos
Imobilizado em Curso	
Máquinas e Equipamentos	4

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

### a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	OCR - Contrato de CCT - CEMIG D	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	Contrato de CCT - CEMIG D	89	83	1.036	986
2	PSTEL – CEMIG	311	157	4.308	4.077
		400	240	5.344	5.063

### b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% do valor total do contrato / atualização do ativo imobilizado bruto pela inflação conforme critério de rateio adotado.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
3	OCP - Contrato de CCI - Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT")	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
4	OCP - O&M - CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
5	OCP - disponibilidades - Reembolso de despesas – ATE III (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	Serviços de "back-office" – Taesa	-	28	353	334
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	15	-	15	-
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
3	CCI - CEMIG GT	4	4	51	48
4	O&M - CEMIG GT	48	45	637	601
5	Reembolso de despesas – ATEIII	-	5	-	-
		67	82	1.056	983

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Adição	Pagamento	31/12/2021
Taesa	35.642	4.344	(2.565)	37.421

## III – Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo						
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES-FINAME	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	12
		31/12/2020	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2021
BNDES – FINAME (taxa fixa)		4.899	92	(96)	(2.446)	2.449
Circulante		2.452				2.449
Não circulante		2.447				-
		31/12/2019	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES – FINAME (taxa fixa)		7.347	153	(153)	(2.448)	4.899
Circulante		2.454				2.452
Não circulante		4.893				2.447

O contrato de empréstimo e financiamento possui apenas cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência.

Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

A Taesa é avalista da Companhia no empréstimo com o BNDES.

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura dos ativos financeiros

Equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Equivalentes de caixa	455	2.347
	455	2.347

Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	31/12/2021	31/12/2020
<u>Dívida Bruta</u>					
Empréstimos e financiamentos (Moeda Nacional)	3	2.446	-	2.449	4.899
<u>Ativos Financeiros</u>					
Equivalente de caixa				(455)	(2.347)
Dívida Líquida				1.994	2.552

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado era de R\$10.457, representados por 10.457.000 (dez milhões quatrocentas e cinquenta e sete mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do resultado líquido do exercício - Societário

	31/12/2021	31/12/2020 (*)
Lucro líquido do exercício Societário	8.770	2.870
Reserva de lucros a realizar	(6.578)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(2.192)	(718)
Dividendos adicionais propostos	-	(2.152)

(\*) Ratificada na AGO de 30 de abril de 2021

10. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta - Societária	11.051	11.051	4.506	4.506
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	-	-	-	(304)
Provisão parcela variável	258	258	(264)	(264)
Diferença entre regime de caixa e competência	(5.880)	(5.880)	901	1.205
	5.429	5.429	5.143	5.143
Percentual	8%	12%	8%	12%



São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	434	651	411	617
Demais receitas:	54	54	88	88
Rendas de aplicação financeira	54	54	88	88
Base de cálculo	488	705	499	705
Imposto de renda - 15%	(73)	-	(75)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(25)	-	(26)	-
Contribuição social - 9%	-	(64)	-	(63)
Total de despesa	(98)	(64)	(101)	(63)
Total de IRPJ e CSLL		(162)		(164)

## 11. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Límite máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade Civil	FATOR Seguros	20/09/21 a 19/09/22	10.000	1
Risco Operacional	Mapfre Seguros	01/06/21 a 01/12/22	126.000	51
Directors & Officers	EZSE Seguros	19/09/21 a 18/09/22	40.000	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 12.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 12.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos deduzidos pelos equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

### 12.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários	438	2.338
Custo amortizado:		
- Bancos	17	9

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
- Contas a receber de concessionários e permissionários	402	-
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	619	306
	1.476	2.653
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	27	24
- Empréstimos e financiamentos	2.449	4.899
	2.476	4.923

## 12.4 Risco de mercado

### 12.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

### 12.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (i)	4,39%	13,00%

(i) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 25 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em 31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Títulos e valores mobiliários - CDI	438	38
Ativos financeiros		38

## 12.5 Gestão de risco de crédito

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

## 12.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("*covenants*"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
Prefixada	209	416	1.854	2.479

## 12.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Risco de contencioso** - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

#### 12.8 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

##### 12.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	438	2.338	Nível 2

### 13. LUCRO POR AÇÃO

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.155	2.402
Quantidade de ações ordinárias	10.457	10.457
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,30171	0,22970

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

### 14. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	5.969	5.913
Parcela variável	32	(726)
Receita bruta	6.001	5.187
PIS e COFINS correntes	(198)	(188)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(234)	(230)
Tributos e encargos	(432)	(418)

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da receita líquida	2021	2020
Receita líquida	5.569	4.769

## 15. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
Pessoal	(11)	-
Materiais - O&M	-	(23)
Serviços de terceiros	(1.234)	(1.157)
Depreciação	(897)	(896)
Outros custos e despesas operacionais	(44)	(54)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(2.186)</b>	<b>(2.130)</b>

## 16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	54	88
<b>Receitas financeiras</b>	<b>54</b>	<b>88</b>
Empréstimos e financiamentos - Juros incorridos	(92)	(154)
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(28)	(7)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(120)</b>	<b>(161)</b>
	<b>(66)</b>	<b>(73)</b>

## 17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato de Back-Office e operação e manutenção dos ativos – Conforme nota explicativa nº 7 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e a CEMIG GT para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

## 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - No projeto de construção da subestação de São Gotardo não foi necessária a emissão de licença ambiental específica, pois a área onde o ativo foi construído já estava licenciada e, portanto, não foi constituída provisão para gastos de compensação ambiental.

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;

São Gotardo Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 – A AGO de 29 de abril de 2022 aprovou a proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021 descrito na nota explicativa nº 9 – Patrimônio Líquido, retificando apenas a proposta para os dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$2.192, transferindo o referido montante para a reserva de lucros a realizar. A retificação se deve à capacidade de pagamento de dividendos para o exercício de 2022.

## 20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		455	-	455	2.347	-	2.347
Contas a receber de concess. e permissionárias		402	-	402	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	5.184	5.184	-	4.746	4.746
Impostos e contribuições sociais		275	-	275	278	-	278
Outras contas a receber		731	-	731	337	-	337
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.863</b>	<b>5.184</b>	<b>7.047</b>	<b>2.962</b>	<b>4.746</b>	<b>7.708</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	65.190	65.190	-	60.578	60.578
Imobilizado	(iv)	24.717	(24.714)	3	25.608	(25.608)	-
Intangível	(iv)	13	-	13	13	(3)	10
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>24.730</b>	<b>40.476</b>	<b>65.206</b>	<b>25.621</b>	<b>34.967</b>	<b>60.588</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>26.593</b>	<b>45.660</b>	<b>72.253</b>	<b>28.583</b>	<b>39.713</b>	<b>68.296</b>



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		27	-	27	24	-	24
Empréstimos e financiamentos		2.449	-	2.449	2.452	-	2.452
Impostos e contribuições sociais		55	-	55	46	-	46
Taxas regulamentares		50	-	50	162	-	162
Dividendos a pagar		37.421	-	37.421	35.642	-	35.642
Outras contas a pagar		67	-	67	97	-	97
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>40.069</b>	<b>-</b>	<b>40.069</b>	<b>38.423</b>	<b>-</b>	<b>38.423</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	2.447	-	2.447
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	2.168	2.168	-	2.012	2.012
Tributos diferidos	(iii)	-	2.524	2.524	-	2.348	2.348
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>-</b>	<b>4.692</b>	<b>4.692</b>	<b>2.447</b>	<b>4.360</b>	<b>6.807</b>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		10.457	-	10.457	10.457	-	10.457
Reserva de lucros		17.035	-	17.035	10.457	-	10.457
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	2.152	-	2.152
(Prejuízos) acumulados	(v)	(40.968)	40.968	-	(35.353)	35.353	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(13.476)</b>	<b>40.968</b>	<b>27.492</b>	<b>(12.287)</b>	<b>35.353</b>	<b>23.066</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>26.593</b>	<b>45.660</b>	<b>72.253</b>	<b>28.583</b>	<b>39.713</b>	<b>68.296</b>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota Explicativa	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		5.969	(5.969)	-	5.913	(5.913)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	3.497	3.497	-	2.604	2.604
Correção do ativo de contrato de concessão		-	6.541	6.541	-	1.465	1.465
Operação e manutenção		-	977	977	-	930	930
Parcela variável		32	-	32	(726)	-	(726)
Outras receitas		-	4	4	-	233	233
Receita bruta	(vi)	6.001	5.050	11.051	5.187	(681)	4.506
PIS e COFINS correntes		(198)	-	(198)	(188)	-	(188)
PIS e COFINS diferidos		-	(176)	(176)	-	37	37
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(234)	-	(234)	(230)	-	(230)
Tributos e encargos	(vii)	(432)	(176)	(608)	(418)	37	(381)
Receita líquida		5.569	4.874	10.443	4.769	(644)	4.125
Pessoal		(5)	-	(5)	-	-	-
Material		-	-	-	(23)	(15)	(38)
Serviços de terceiros		(752)	-	(752)	(680)	-	(680)
Depreciação e amortização		(897)	897	-	(896)	896	-
Outros custos operacionais		(35)	-	(35)	(36)	-	(36)
Custos operacionais		(1.689)	897	(792)	(1.635)	881	(754)
Lucro bruto	(viii)	3.880	5.771	9.651	3.134	237	3.371
Pessoal		(6)	-	(6)	-	-	-
Serviços de terceiros		(482)	-	(482)	(477)	-	(477)
Outras despesas operacionais, líquidas		(9)	-	(9)	(18)	-	(18)
Despesas operacionais		(497)	-	(497)	(495)	-	(495)
Resultado da atividade		3.383	5.771	9.154	2.639	237	2.876
Receitas financeiras		54	-	54	88	-	88
Despesas financeiras		(120)	-	(120)	(161)	-	(161)
Despesas financeiras líquidas		(66)	-	(66)	(73)	-	(73)
Resultado antes dos impostos e contribuições		3.317	5.771	9.088	2.566	237	2.803
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(162)	-	(162)	(164)	-	(164)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	(156)	(156)	-	231	231
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(162)	(156)	(318)	(164)	231	67
Lucro líquido do exercício	(x)	3.155	5.615	8.770	2.402	468	2.870

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 e os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	27.492	23.066
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(70.374)	(65.324)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	24.714	25.611
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	2.168	2.012
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	2.524	2.348
Patrimônio líquido regulatório	(13.476)	(12.287)

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro Líquido do exercício

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2021	2020
Lucro líquido societário	8.770	2.870
Receita bruta (CPC 47)	(5.050)	681
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	176	(37)
Depreciação e amortização (CPC 47)	(897)	(896)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	-	15
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	156	(231)
Lucro líquido regulatório	3.155	2.402

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\* \* \* \* \*

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49